

## Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - PINE - 2011

A Administração do PINE, em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. SAs. os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas correspondentes, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

#### 1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, clientes, investidores e analistas,

Em 2011, tivemos mais um ano de importantes conquistas e bons resultados. O PINE ultrapassou a marca de R\$ 1 bilhão de Patrimônio Líquido e atingiu um lucro líquido de R\$ 161,5 milhões, o que representa um ROAE de 17,2%. Mas, mais do que isso, encerramos o ano com um balanço muito sólido. Capital e liquidez permaneceram em níveis elevados. Finalizamos o ano com 18,5% de Índice de Basileia. Tínhamos R\$ 1,4 bilhão em caixa em 31 de dezembro, equivalentes a 41% dos depósitos, patamar próximo ao que temos mantido nos últimos dois anos. E, no último trimestre, aumentamos a cobertura da carteira de crédito, para 3,6%, ampliando as provisões adicionais. Diversificamos nossas fontes de captação. Como exemplos, realizamos duas importantes operações no final de dezembro, diante de um cenário internacional ainda incerto: uma transação islâmica inédita entre bancos de controle nacional e uma captação de 10 anos com uma multilateral francesa, como será detalhado ao longo deste relatório. No início de 2011, já tínhamos concluído uma captação de US\$ 106 milhões via *AVB Loan*, coordenado globalmente pelo IIC. Outro destaque foram as linhas de *Trade Finance*, que cresceram nada menos que 110% no ano.

Ao longo do ano, reforçamos o time e investimos em treinamento, pilares fundamentais para o desenvolvimento do Banco. Temos uma equipe de primeira linha, qualificada e muito experiente, que mantém o Banco preparado

para atender o cliente de forma completa e para garantir um crescimento sustentável dos negócios.

Desta forma, continuamos servindo nossos clientes com um portfólio de produtos cada vez mais amplo. Sempre atendendo aos clientes de forma personalizada, conseguimos criar fidelidade e diversificar nossas fontes de receitas. Todas as nossas linhas de negócio contribuíram para os resultados: Crédito Corporativo, Mesa para Clientes, PINE Investimentos e Tesouraria, com participação cada vez maior dos negócios complementares ao crédito.

A contínua evolução do banco se refletiu em melhora de ratings, em premiações e reconhecimentos do mercado. Encerramos o ano com um *upgrade* em dois graus, para BB+, do nosso rating em escala global pela Standard & Poor's. Pela mesma agência obtivemos um quase inédito *upgrade* em quatro *notches* da nota em escala nacional ao longo de 2011, passando de BrA- em janeiro para BrAA em dezembro.

Para finalizar, lembramos alguns fatos importantes deste ano. Primeiro, concluímos o aumento de capital, com ações compradas pelo DEG - membro do KfW Bankengruppe, segundo maior banco alemão - sendo este seu primeiro investimento em *equity* em uma instituição financeira brasileira, representando cerca de 3% do capital do PINE. A operação reforçou tier 1 e levou o relacionamento entre os dois bancos a uma proximidade ainda maior. Em assembleia de acionistas realizada em dezembro, aprovamos a mudança para o nível 2 de governança corporativa, o que deve ocorrer de fato ainda no primeiro trimestre, e a instauração do Comitê de Auditoria.

Encerramos 2011 orgulhosos pelas conquistas realizadas e otimistas para o ano que se inicia. Vamos continuar a investir na equipe e no atendimento completo aos clientes, aumentando o portfólio de produtos e serviços e mantendo um relacionamento muito próximo com cada um deles. Iniciamos 2012, ano em que comemoraremos cinco anos da abertura de capital e 15 anos do Banco, com todos os alicerces necessários (capital, liquidez, *funding* e recursos humanos) para alavancar nosso balanço e expandir nossos negócios mantendo o balanceamento adequado entre risco e retorno.

#### Funding

O total de *funding*, excluindo cessão de crédito, atingiu R\$ 6.544.002 mil em dezembro de 2011, um crescimento de 4,7% em relação a setembro e de 20,4% em relação a dezembro de 2010. O saldo de depósitos a prazo, incluindo Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Imobiliário (LCI), atingiu R\$ 3.576.455 mil, 3,8% acima do 3T11 e 7,2% acima do 4T10. O prazo médio histórico ponderado dos depósitos atingiu 15 meses, enquanto o prazo médio do *funding* total ficou em 18 meses. A liquidez do PINE permanece alta, com o caixa representando 41% dos depósitos a prazo na data.

O PINE trabalha constantemente para diversificar suas fontes de *funding*. Um dos destaques do trimestre foram captações externas efetuadas mesmo diante de um cenário externo desfavorável. O PINE captou USD 25 milhões, em um prazo de 10 anos, junto ao Proparco, instituição francesa de fomento, presente no Brasil desde 2007. Além disso, efetuou a primeira captação no formato islâmico por uma instituição financeira 100% brasileira, no valor de USD 37,5 milhões junto ao banco saudita Al Rajhi Bank, cujos recursos ingressaram no primeiro trimestre de 2012.

Adicionalmente, o PINE possui relacionamento com mais de 40 bancos correspondentes, permitindo que o PINE acesse diversas fontes e modalidades no exterior, incluindo bancos em diversos países e agências multilaterais como DEG, IFC, IDB, FMO e Proparco. O Banco sempre realiza o *hedge* de 100% das suas captações externas.

#### Índice da Basileia

No trimestre, o Índice de Basileia atingiu 18,5%, um índice bastante confortável e muito acima do patamar mínimo regulatório de 11%. A queda no trimestre é explicada pela mudança do tratamento das operações de Repo na ponderação da Basileia, conforme determinação regulatória, além do aumento da exposição a risco de crédito no período.

#### Resultado Extraordinário

O PINE obteve êxito na ação judicial movida com o objetivo de questionar o alargamento da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Este êxito produziu reflexos nos resultados do último trimestre de 2011. O impacto líquido relativo à conclusão desta ação judicial é de R\$ 109 milhões. O PINE utilizou a maior parte dos recursos para constituir provisões extraordinárias e adicionais em diversas linhas do balanço, tornando-o ainda mais sólido.

Adicionalmente, a base de cálculo do Cofins passa a ser menor, gerando uma economia bruta trimestral de aproximadamente R\$ 3,0 milhões. Por fim, há também um efeito positivo sobre o Capital Circulante Líquido do Banco.

#### 6 - REDE DE ORIGINAÇÃO

O PINE está localizado nos mercados mais atraentes do País. A origemação está organizada em dez agências em todo o Brasil, localizadas em Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, além da matriz em São Paulo, divididas em 14 originação. O PINE também conta com sua agência Cayman e, no começo de 2012, foi inaugurada a agência de Tangará da Serra, no Centro Oeste do país.

A estratégia de negócios do PINE com empresas não é dependente de uma ampla rede de agências, já que a equipe está organizada regionalmente e o Banco está constantemente monitorando e visitando seus clientes, o que beneficia sobremaneira a estrutura de seus custos fixos. O PINE foca sua atuação nas regiões mais atrativas do país. Em dezembro de 2011, 78% das operações de crédito foram realizadas com empresas do Sudeste, 10% no Centro-Oeste do país, 6% no Sul, 5% no Nordeste e 1% no Norte.

#### 7 - RECURSOS HUMANOS

Pessoas são o principal ativo do PINE. Por isso, o objetivo de Recursos Humanos é atrair, reter e desenvolver os melhores talentos, através da manutenção de um ambiente de alto desempenho, com foco em resultados e baseado em meritocracia. O total de funcionários do PINE em dezembro de 2011, incluindo terceiros, foi de 407 colaboradores.

#### 8 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

O PINE possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo PINE, destacam-se:

- Dois membros independentes e um membro externo no Conselho de Administração;
- 100% de *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Conselho Fiscal.

O PINE possui uma estrutura interna de *Compliance* e auditoria, de modo a assegurar um ambiente operacional baseado nos melhores valores da instituição. Em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, o PINE mantém a divulgação simultânea e trimestral de resultados nos dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS, simultaneamente.

#### Migração para o Nível 2 de Governança Corporativa

Em dezembro de 2011, foi aprovada em assembleia geral extraordinária o ingresso do PINE no segmento especial de Listagem para negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, denominado Nível 2 de Governança Corporativa. A adesão ao nível 2 será concluída no 1T12, quando as ações do Banco passam a circular com o novo selo. Trata-se de uma importante evolução, que demonstra o compromisso do PINE com seus acionistas e com o mercado como o todo.

#### Comitê de Auditoria

Em dezembro de 2011, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a constituição do Comitê de Auditoria, de acordo com a Resolução-CMN nº 3.198/04. A implementação ocorrerá em 2012.

Este Comitê substituirá o Conselho Fiscal, e suas principais atribuições são zelar: pela integridade das demonstrações financeiras; pela atuação, independência e qualidade do trabalho das Auditorias independentes e interna; pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; e pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares. Este é mais um passo no comprometimento do PINE com a Governança Corporativa. O Comitê será composto por dois membros independentes do Conselho de Administração, um membro indicado pelo Conselho e um terceiro membro indicado por acionista minoritário.

#### Dividendos/Juros sobre Capital Próprio

Em 2011, o PINE realizou pagamentos trimestrais de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos, num total bruto distribuído de R\$ 90 milhões, conforme tabela a seguir.

#### Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Valor Bruto	R\$ milhões Valor Total	R\$ Valor por Ação
1T11	15,0	0,18
2T11	20,0	0,24
3T11	15,0	0,18
4T11	40,0	0,48
<b>Total distribuído em 2011</b>	<b>90,0</b>	<b>1,08</b>

#### 9 - RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O PINE disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo ([www.pine.com.br/ri](http://www.pine.com.br/ri)), boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-3372-5553, e-mail: [ri@pine.com.br](mailto:ri@pine.com.br)).

#### 10 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O PINE entende que atuar com responsabilidade socioambiental é, sobretudo, agir de maneira ética em todas as suas esferas e, através de seu negócio, contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira sustentável. A cada ano, o PINE vem ampliando sua atuação social com o aumento do número de projetos apoiados, abrangendo as áreas cultural, esportiva, educacional e social, entre os quais se destacam:

#### Premiação IFC

O PINE foi considerado pela IFC "The Most Green Bank" ("O Banco Mais Verde") da América Latina e Caribe. A IFC - International Finance Corporation - membro do Grupo Banco Mundial, que promove o desenvolvimento sustentável em vários países, concedeu ao PINE este prêmio pelo volume de recursos disponibilizados por meio de seu Global Trade Finance Program, para setores considerados benéficos para a sociedade e meio ambiente, em especial o de Etanol.

#### Cultura

O PINE apoiou, por meio da Lei Rouanet, a exposição "Trajetória de Paulo Von Poser - Mostra comemorativa de 30 anos de exposições". Reconhecido principalmente por sua série de pinturas e instalações inspiradas nas rosas, Paulo é um dos principais expoentes da arte brasileira. Por meio da Lei do Audiovisual patrocinou o documentário "Quebrando o Tabu", que conta com a análise do ex-presidente Fernando Henrique sobre o combate às drogas; e também do filme *Além da Estrada*, que recebeu prêmio de melhor diretor no Festival do Rio, em 2010.

#### Esporte

Pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte, o PINE é apoiador do programa de formação de atletas para as equipes de diversas modalidades esportivas do Minas Tênis Clube.

#### Social

Por meio do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), o PINE é apoiador: do instituto Casa da Providência, que promove assistência e proteção à criança carente com idade entre 4 meses e 4 anos, cujas mães comprovadamente trabalham, através de creches gratuitas em período integral, com atividades sócio-educativas; e do instituto Alfabetização Solidária (AlfaSol), que atua na redução dos índices de analfabetismo entre jovens e adultos no país.

#### 11 - RATINGS

Moeda Local/Estrangeira	Standard & Poor's	Fitch Ratings	Riskbank	LFRating	Austin
Nacional	Longo Prazo	Ba2	BB+	BB-	-
	Curto Prazo	B	B	B	-
Moeda Local	Longo Prazo	Ba2	BB-	BB-	-
	Curto Prazo	B	B	B	-
Nacional	Longo Prazo	A1.br	brAA	A(br)	10,73
	Curto Prazo	Br-1	F1(br)	A+	A+

#### Upgrade da S&P

A agência Standard & Poor's elevou sua *rating* em escala global em dois graus, de BB- para BB+, e também elevou em três graus a nota em escala nacional de BrA para BrAA. A perspectiva para ambas as escalas é estável. A agência baseou seus ratings na forte qualidade da carteira de crédito, adequados patamares de liquidez, capital e resultados. A S&P ainda aumentou a gradual diversificação das fontes de *funding* através de emissões externas, securitizações e o recente aumento de capital subscrito pelo DEG.

#### 12 - AÇÕES

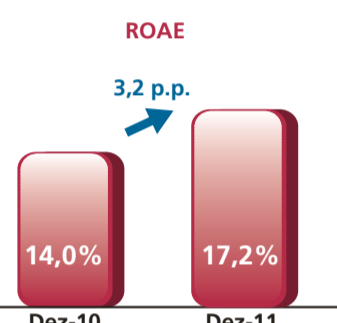
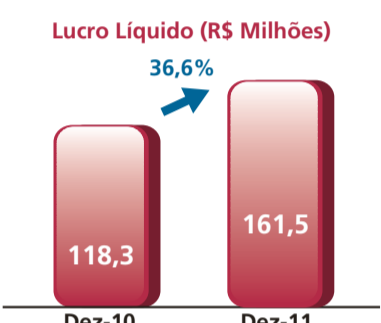
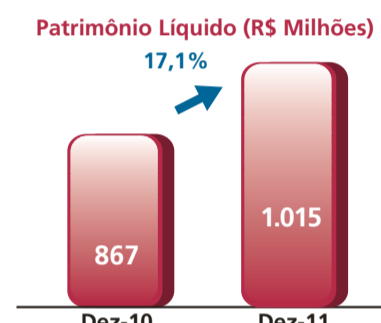
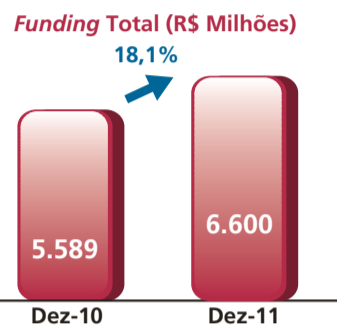
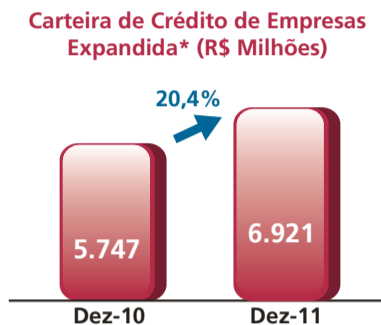
Em janeiro o Banco Central homologou o aumento de capital subscrito pelo DEG. Com este acordo, o DEG subscreveu 2.543.604 ações preferenciais de emissão do Banco, pelo valor total de R\$ 43.749.998,80.

#### 13 - AUDITORES EXTERNOS

O PINE tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

A Administração

#### 2 - DESTAQUES DO PERÍODO



\* Inclui Carteira de Crédito de Empresas em Balanço, Fianças e Títulos Privados

#### 3 - PERFIL INSTITUCIONAL

O PINE (BM&FBOvespa: PINE4) é um banco de atacado, especializado no atendimento a empresas. O Banco oferece crédito, incluindo capital de giro, BNDES, *Trade Finance*, Fianças, assim como produtos de *Hedging*, Mercado de Capitais, Assessoria Financeira e Gestão de Recursos. São quatro principais linhas de negócios: *Corporate Banking* (Originação de Crédito); Mesa de Clientes (*Hedging*); PINE Investimentos; e Distribuição.

#### 4 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

O 2511, principalmente o seu último trimestre, foi marcado pela continuidade da deterioração financeira e fiscal soberana dos países europeus tanto periféricos quanto centrais, temperada pela expectativa de acordo sobre a renegociação organizada da dívida pública grega, a qual não foi concretizada. Em meio a um cenário passível de desorganização institucional, caracterizado por desconfianças acerca da concentração dos ativos de bancos europeus em títulos públicos de governos membros da zona do euro, o mercado interbancário europeu praticamente congelou e trilha uma iliquidez.

A reação da comunidade europeia envolveu duas ações institucionais: (a) a criação do Longer-Term Refinancing Operations (LTRO) de três anos, ao juro de 1,0% ao ano e totalizando €489 bilhões, (b) a possível antecipação do European Stabilization Mechanism (ESM) de meados de 2013 para julho de 2012, também no valor de €500 bilhões. O LTRO foi uma medida duplamente eficaz ao contrabalançar a queda da liquidez associada ao aumento dos depósitos overnight no BCE e ao alimentar, simultaneamente, o otimismo generalizado que desagou na compra de ativos de risco não só na Europa, nos EUA e em economias emergentes. Já o ESM se destinará ao socorro dos países membros da zona do euro.

Além das medidas europeias no 4T11, a continuidade da recuperação da economia norte-americana também engendrou a redução da aversão ao risco, empurrando o Índice S&P 500 para 1.244 pontos em dezembro de 2011 contra 1.131 pontos em setembro. Apesar de a inflação norte-americana ao consumidor e o seu núcleo terem encerrado 2011 acima do teto da meta (implícita) de 2,0%, da recuperação da atividade econômica no 4T11 e do aumento de projeções de crescimento do PIB dos EUA para 2,7% em 2012, a taxa de desemprego fechou o ano passado em 8,5%. É exatamente por isso que o *yield* médio da curva de juros dos *Treasuries* norte-americanos entre 2 e 10 anos caiu de 1,3% para 1,0% entre 3T11 e o 4T11. Isso quer dizer que as expectativas dos investidores estão mais voltadas para a fraqueza do emprego do que tanto para a inflação.

Já o Brasil e a China buscam trilhar o caminho do crescimento em meio à crise europeia, a qual atualmente se amaina *pari passu* com a (temporária) diminuição da incerteza dos investidores. O governo chinês já está preparado para elevar os investimentos brutos em infraestrutura em até US\$1,5 trilhão e o próprio banco central chinês está com o dedo no gatilho para promover mais uma redução do recolhimento compulsório. As medidas monetárias e fiscais chinesas são condições necessárias para manter o crescimento do PIB chinês entre 8,5% e 9,0% entre 2012 e 2013 e para sustentar os preços das commodities nos elevados patamares atuais, principalmente as exportadas pelo Brasil.

O BC brasileiro, por seu turno, continuou trilhando a queda da Selic, levando-a para 11,0% em dezembro passado, apesar de o IPCA ter fechado 2011 no teto da meta de inflação. A desaceleração econômica que já vinha se desenhando desde o início do 3T11, principalmente na indústria, e a crise das dívidas na Europa podem trazer efeitos contrários sobre o PIB mundial e doméstico, provocando, consequentemente, a desaceleração da alta nos preços das commodities e a desinflação no mundo e, particularmente, no Brasil. Nesse sentido, o governo tem trabalhado para evitar que a expansão real do PIB seja inferior a 4,0%. Para isso, medidas macroprudenciais de contenção à expansão do crédito pessoal foram relaxadas no 4T11, assim como o IPI para a aquisição de linha branca foi diminuído. Aparentemente, o governo visa manter a taxa de crescimento anual (nominal) do crédito doméstico acima de 20%, induzindo o crescimento do PIB a permanecer perto de 4,0% ao ano.

#### 5 - DESEMPENHO

##### Destaque do Resultado

O lucro líquido do PINE alcançou R\$ 161.514 mil em 2011, com resultado operacional de R\$ 284.856 mil. Os principais fatores que contribuíram para o aumento no período foram: crescimento da carteira de crédito e a contribuição da Mesa para Clientes.

	2011	2010	Δ %
<b>Resultado e rentabilidade</b>			
Lucro líquido (R\$ milhares)	161.514	118.270	36,6%
ROAE anualizado	17,2%	14,0%	22,8%
<b>Balanço patrimonial (R\$ milhares)</b>			
Carteira de crédito de empresas expandida <sup>1</sup>	6.920.526	5.746.649	20,4%
Depósitos totais <sup>2</sup>	3.794.166	3.698.360	2,6%
Patrimônio líquido	1.015.081	867.132	17,1%
<b>Qualidade da carteira</b>			
<i>Non performing loans</i> - 15 dias	0,4%	0,3%	0,1 p.p.
Cobertura da carteira	3,6%	2,5%	1,1 p.p.
<b>Desempenho</b>			
Índice da Basileia	18,5%	17,4%	1,1 p.p.
Lucro por ação (R\$)	1,87	1,41	32,6%
Valor patrimonial por ação (R\$)	11,72	10,33	13,5%

(1) Inclui fianças e títulos privados

(2) Inclui LCA.

##### Destaque do Balanço

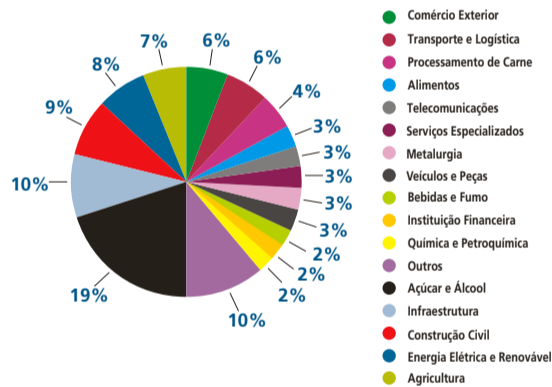
O total de ativos montou a R\$ 11.143.527 mil em 31 de dezembro de 2011, um crescimento de 21,8% em 12 meses. O Patrimônio Líquido ultrapassou a marca de R\$ 1 bilhão, um crescimento de 17,1% em dezembro de 2010.

##### Carteira de Crédito

O saldo da carteira de crédito registrado em balanço em dezembro de 2011 atingiu R\$ 4.979.926 mil. Considerando-se a carteira expandida de empréstimos a Empresas, que inclui Fianças e Títulos Privados, o saldo atingiu R\$ 6.920.526 mil. A carteira de *Trade Finance* foi destaque, com aumento de 47,5% no ano, atingindo R\$ 767.623 mil.

Do total da carteira de crédito para Empresas, 85% provém de clientes com faturamento acima de R\$ 150 milhões e 69%, acima de R\$ 500 milhões. Considerando-se as empresas acima de R\$ 1 bilhão, o percentual é de 52%.

#### Participação na Carteira de Crédito - Setores



#### Monitoramento e Concessão de Crédito

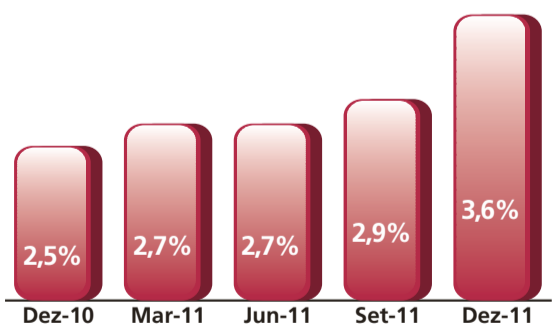
A agilidade e a segurança na aprovação e estruturação de operações são fatores críticos para o desenvolvimento dos negócios e para a manutenção da qualidade da carteira de crédito. O PINE possui uma equipe qualificada de analistas que avalia profundamente cada cliente e produz os relatórios que baseiam as decisões do Comitê de Crédito (única instância de aprovação de risco de crédito no Banco).

Estes relatórios são detalhados e possuem um formato pré-estabelecido, baseado numa análise fundamentalista da capacidade de pagamento dos clientes, entre outras informações financeiras, organizacionais e estratégicas.

O PINE possui forte expertise em todos os setores que atua, desde a originação até a análise de crédito e *research* para clientes. Para setores com maior exposição, o Banco possui modelagens específicas e analistas especializados nestas indústrias.

As operações de crédito para Empresas são analisadas, formalizadas e monitoradas por uma equipe composta por 72 colaboradores (correspondentes a 19,7% do total), envolvidos nas áreas de Crédito, Formalização e Jurídico, estas duas últimas focadas na avaliação e formalização de garantias e contratos. A Formalização também é responsável pelo acompanhamento das garantias durante a vida da operação.

#### Índice da Cobertura da Carteira de Crédito



#### Mesa para Clientes

A Mesa para Clientes oferece produtos de *hedge* para empresas, com o objetivo de proteger e administrar riscos de mercado presentes nos balanços dos clientes. Os mercados de atuação são, principalmente, Moedas, *Commodities* e Juros. O PINE oferece os principais produtos de derivativos, entre eles, *NDF* (*Non Deliverable Forward*), estruturas de opção e *swaps*. O Banco não oferece derivativos exóticos ou alavancados.

O total do valor notional da carteira de derivativos com clientes atingiu R\$ 3.712.763 mil, em 31 de dezembro de 2011, enquanto que o MTM da carteira encerrou o trimestre no valor de R\$ 156.770 mil. Segundo ranking da CETIP, em dezembro, o PINE está classificado entre os 13 maiores bancos em operações de derivativos para clientes e o 2º maior em termo de *commodities* para clientes.

#### PINE Investimentos

A PINE Investimentos, unidade de Banco de Investimentos do PINE, atua com profundo alinhamento junto aos clientes oferecendo soluções customizadas e diferenciadas nas áreas de Mercado de Capitais, Assessoria Financeira e Gestão de Recursos.

Em 2011, a PINE Investimentos, através de sua unidade de Mercado de Capitais, estruturou e emitiu mais de R\$ 1 bilhão em operações, utilizando os mais diversos instrumentos, tais como operações de debêntures, bônus de subscrição, Bonds, FIDC, CCBs e CRIs. No total, foram realizadas 11 operações de *underwriting* no ano. Na área de Gestão de Recursos, a PINE Investimentos atingiu um total de ativos sob gestão de R\$ 732,4 milhões entre fundos mútuos, fundos exclusivos e carteiras administradas.

#### Mesa de Distribuição

Com o objetivo de atender o cliente com um leque de investimentos em linha com a evolução do mercado, para os mais diversos perfis de investidores, a Mesa de Distribuição conta com a expertise do PINE na estruturação e intermediação de operações de renda fixa.

A Mesa de Distribuição do PINE é responsável pelo atendimento a investidores, fornecendo alternativas de investimentos tradicionais, vinculados a plataforma de originação de Crédito Corporativo, a mercado de capitais e gestão de recursos e a outras operações estruturadas. Seu atendimento é segmentado por tipo de investidor, procurando atendê-lo de forma personalizada.



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado		PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		<b>8.488.630</b>	<b>6.412.283</b>	<b>8.531.220</b>	<b>6.412.744</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.925.245</b>	<b>5.673.227</b>	<b>6.891.335</b>	<b>5.649.411</b>
Disponibilidades	4	114.008	91.821	114.010	91.821	Depósitos	12	1.861.636	1.775.476	1.821.671	1.746.311
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	473.049	53.232	490.817	53.312	Depósitos à vista		112.415	41.795	111.826	41.685
Aplicações no mercado aberto		181.027	-	198.795	-	Depósitos interfinanceiros		117.337	275.166	97.827	247.669
Aplicações em depósitos interfinanceiros		267.585	31.615	267.585	31.615	Depósitos a prazo		1.631.584	1.458.515	1.612.018	1.456.961
Aplicações em moedas estrangeiras		24.437	21.697	24.437	21.697	<b>Captações no mercado aberto</b>		<b>13.310.416</b>	<b>2.358.840</b>	<b>13.310.416</b>	<b>2.358.840</b>
<b>Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>4.687.695</b>	<b>3.324.174</b>	<b>4.710.264</b>	<b>3.324.558</b>	Carteira própria		3.190.416	2.358.840	3.190.416	2.358.840
Carteira própria	6 a)	1.152.901	766.072	1.175.470	766.456	Recursos de letras de crédito imobiliário		3.581	-	3.581	-
Vinculados a compromissos de recompra	6 a)	3.205.733	2.364.269	3.205.733	2.364.269	Recursos de letras de crédito do agronegócio		283.606	529.145	283.606	529.145
Instrumentos financeiros derivativos	6 b)	143.115	140.191	143.115	140.191	Recursos de letras financeiras		5.256	-	5.256	-
Vinculados ao Banco Central	6 a)	45.392	-	45.392	-	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		158.565	42.100	158.565	42.100
Vinculados à prestação de garantias	6 a)	140.554	53.642	140.554	53.642	<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>6.366</b>	<b>10.650</b>	<b>6.366</b>	<b>10.650</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>12.678</b>	<b>2.730</b>	<b>12.678</b>	<b>2.730</b>	Correspondentes		6.366	10.650	6.366	10.650
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	1.758	-	1.758	<b>Relações interdependências</b>		<b>2.422</b>	<b>15.476</b>	<b>2.422</b>	<b>15.476</b>
Créditos vinculados:						Obrigações em trânsito de terceiros		2.422	15.476	2.422	15.476
Depósitos no Banco Central do Brasil		12.678	972	12.678	972	<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>		<b>1.235.614</b>	<b>756.105</b>	<b>1.235.614</b>	<b>756.105</b>
<b>Operações de crédito</b>		<b>2.385.747</b>	<b>2.391.912</b>	<b>2.385.747</b>	<b>2.391.912</b>	Empréstimos no país - outras instituições		2.012	3.577	2.012	3.577
Operações de crédito - setor privado		2.490.107	2.390.683	2.490.107	2.390.683	Empréstimo no exterior		932.878	472.229	932.878	472.229
Operações de crédito - setor público		18.362	26.537	18.362	26.537	Repasses do país - instituições oficiais - BNDES		299.600	279.351	299.600	279.351
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(122.722)	(25.308)	(122.722)	(25.308)	Repasses do exterior		1.124	968	1.124	968
<b>Outros créditos</b>		<b>755.926</b>	<b>511.763</b>	<b>758.177</b>	<b>511.840</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>74.027</b>	<b>86.550</b>	<b>74.027</b>	<b>86.550</b>
Carteira de câmbio	8	602.419	417.912	602.419	417.912	<b>Outras obrigações</b>		<b>103.756</b>	<b>98.885</b>	<b>103.756</b>	<b>98.885</b>
Rendas a receber		11.940	5.717	11.940	5.717	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15 a)	1.182	2.354	1.182	2.354
Negociação e intermediação de valores		30.275	32.208	30.275	32.208	Carteira de câmbio	8	390	2.340	390	2.340
Diversos	9	124.513	81.110	126.764	81.187	Sociedades e estatutárias	15 b)	11.161	18.103	11.161	18.103
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(13.221)	(25.184)	(13.221)	(25.184)	Fiscais e previdenciárias	15 b)	21.193	29.854	21.193	29.854
<b>Outros valores e bens</b>		<b>59.527</b>	<b>36.571</b>	<b>59.527</b>	<b>36.571</b>	Negociação e intermediação de valores	15 c)	11.222	5.587	11.222	5.587
Bens não de uso próprio		58.017	35.404	58.017	35.404	Dívida subordinada	19	11.564	12.481	11.564	12.481
Despesas antecipadas		1.510	1.167	1.510	1.167	<b>Diversas</b>	15 c)	<b>47.044</b>	<b>28.166</b>	<b>47.044</b>	<b>28.166</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>2.411.985</b>	<b>2.722.725</b>	<b>2.602.202</b>	<b>2.725.123</b>	Outros		47.044	28.166	47.044	28.166
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	5.253	20.523	5.253	20.523	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.034.355</b>	<b>2.617.859</b>	<b>3.183.730</b>	<b>2.612.904</b>
<b>Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>519.938</b>	<b>483.074</b>	<b>519.938</b>	<b>483.074</b>	Depósitos interfinanceiros		8.752	72.439	8.752	72.439
Carteira própria	6 a)	342.721	373.483	342.721	373.483	Depósitos a prazo		1.732.424	1.339.787	1.653.800	1.333.177
Instrumentos financeiros derivativos	6 b)	177.217	106.041	177.217	106.041	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>204.088</b>	<b>117.537</b>	<b>204.088</b>	<b>117.537</b>
Vinculados à prestação de garantias	6 a)	-	3.550	-	3.550	Recursos de letras de crédito do agronegócio		23.449	17.284	23.449	17.284
<b>Operações de crédito - setor privado</b>		<b>1.560.452</b>	<b>1.905.928</b>	<b>1.853.621</b>	<b>1.905.928</b>	Recursos de letras financeiras		17.746	20.744	17.746	20.744
Operações de crédito - setor público		1.593.070	1.949.711	1.886.239	1.949.711	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		162.893	79.509	162.893	79.509
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		4.269	21.805	4.269	21.805	<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>		<b>637.251</b>	<b>619.828</b>	<b>637.251</b>	<b>619.828</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>315.086</b>	<b>302.340</b>	<b>317.348</b>	<b>304.738</b>	Empréstimos no país - outras instituições		-	1.784	228.292	1.784
Rendas a receber		24.330	9.908	24.330	9.908	Empréstimo no exterior		3.958	18.407	3.958	18.407
Devedores por depósito em garantia	16 b)	181.448	154.797	182.910	156.005	Repasses do país - instituições oficiais - BNDES		567.661	549.675	567.661	549.675
Diversos	9	109.548	137.637	110.348	138.227	Repasses do exterior		65.632	49.962	65.632	49.962
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(240)	(2)	(240)	(2)	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>39.371</b>	<b>47.179</b>	<b>39.371</b>	<b>47.179</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>11.256</b>	<b>10.860</b>	<b>11,256</b>	<b>10,860</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>412.469</b>	<b>421.089</b>	<b>412.870</b>	<b>422.744</b>
Despesas antecipadas		11.256	10.860	11.256	10.860	Fiscal e previdenciárias	15 b)	59.681	199.813	60.081	201.468
<b>PERMANENTE</b>		<b>124.473</b>	<b>44.310</b>	<b>10,105</b>	<b>12,680</b>	Dívida subordinada	19	292.655	207.678	292.655	207.678
Investimentos	10	114.677	32.053	159	159	<b>Diversos</b>	15 c)	<b>60.133</b>	<b>13.598</b>	<b>60.133</b>	<b>13.598</b>
Participações em controladas no país		114.520	31.896	159	159	Provisão para passivos contingentes	16	48.292	11.026	48.292	11.026
Outros investimentos		157	157	159	159	Outros		11.841	2.572	11.841	2.572
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>7.395</b>	<b>9.132</b>	<b>7.471</b>	<b>9.229</b>	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>50.407</b>	<b>21.100</b>	<b>53.391</b>	<b>21.100</b>
Instalações, móveis e equipamentos de uso	11 a)	14.045	13.609	14.045	13.609	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.015.081</b>	<b>867.132</b>	<b>2.015.081</b>	<b>867.132</b>
Outras imobilizações de uso		4.792	4.297	4.901	4.407	Capital social		796.045	422.606	796.045	422.606
Depreciações acumuladas		(11.442)	(8.774)	(11,475)	(8,787)	De domiciliados no país		723.551	387.764	723.551	387.764
<b>Intangíveis</b>		<b>2.401</b>	<b>3.125</b>	<b>2.475</b>	<b>3.292</b>	De domiciliados no exterior		72.494	34.842	72.494	34.842
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logícias	11 b)	2.401	3.125	2.475	3.292	Reservas de capital		14.032	222.938	14.032	223.341
Amortização acumulada		(6.671)	(5.576)	(6.671)	(5,874)	Reservas de lucros		179.739	237.915	179.739	237.528
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.025.088</b>	<b>9.179.318</b>	<b>11.143.527</b>	<b>9.150.547</b>	Dividendos adicionais propostos		26.726	-	26.726	-
						Ajuste de avaliação patrimonial		(1.461)	(6.008)	(1,461)	(6,024)
						(-) Ações em tesouraria		(10.319)	(13.919)	(10,319)	(13,919)
						<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.025.088</b>	<b>9.179.318</b>	<b>11.143.527</b>	<b>9.150.547</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011** (Em milhares de reais - R\$, exceto dividendos e juros sobre o capital próprio por ação)

	Capital Social Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Dividendo Adicional Proposto	Lucros Acumulados	Total
			Realizado	Subvenção de Capital	Legal	Estatutária					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	422.606	-	247	218.543	18.495	177.745	2.093	(14.517)	-	-	825.212
Agio na venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de reservas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(247)	-	-	-	247	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	(8.101)	-	-	-	(8.101)
Destinação do lucro (Nota 20):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	5.821	-	-	-	-	(5.821)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	35.607	-	-	-	(35.607)	-
Dividendos (R\$0,3059 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.489)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,5941 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.511)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	422.606	-	-	222.938	24.316	213.599	(6.008)	(10.319)	-	-	867.132
Aumento de capital	-	373.439	-	(200.000)	(16.810)	(112.880)	-	-	-	-	43.749
Agio na venda de ações em tesouraria	-	-	713	-	-	-	-	-	-	-	713
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	700	-	-	700
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(9.619)	-	-	-	9.619	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.547
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161.514
Destinação do lucro (Nota 20):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	8.076	-	-	-	-	(8.076)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	63.438	-	-	-	(63.438)	-
Aprovação/pagamento dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	26.726	(26.726)	-
Dividendos (R\$0,4423 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.862)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,6286 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.412)	-
<b>Saldos em 31 de</b>											

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge", em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Instrumentos financeiros considerados como "hedge", são classificados como "hedge" de risco de mercado e "hedge" de fluxo de caixa.

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge". Os instrumentos e os itens objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado e registrados em conta de resultado.

Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. Os instrumentos e os itens objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado e registrados em conta destacada no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

**g) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de A a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A receita com operações cedidas, com ou sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme detalhado na nota explicativa nº 7.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo Bacen para as operações de crédito ativas.

**h) Despesas antecipadas**  
São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

**i) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo**  
São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

**j) Permanente**  
É demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**  
É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

**l) Operações compromissadas**  
Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica Captações no mercado aberto.

**m) Passivos circulante e exigível a longo prazo**  
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

**n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Circular nº 3.429/10, ou pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

**o) Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 e posteriormente com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

**p) Participações no resultado**  
O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

**q) Uso de estimativas**  
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; taxas de depreciação do ativo imobilizado; amortização do diferido; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

**r) Lucro por ação**  
É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

**s) Alterações de normas contábeis**  
Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Eventos Subsequentes;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a demonstração financeira da controlada.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Individual		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades (Caixa)	114.008	91.821	114.010	91.821
Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>(1)</sup>	207.988	26.768	225.757	26.768
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>321.996</b>	<b>118.589</b>	<b>339.767</b>	<b>118.589</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estão compostas como segue:

Individual	2011			
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias
<b>Papel/Vencimento</b>				
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				
Posição bancada:				
LFT	81.539	-	-	-
LTN	21.003	-	-	-
NTN	78.485	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>181.027</b>	-	-	-
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>181.027</b>	-	-	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>				
Carteira própria:				
CDI Pós	-	5.195	196.459	390
CDI Rural	531	3.151	11.363	401
<b>Subtotal</b>	<b>531</b>	<b>8.346</b>	<b>207.822</b>	<b>791</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias:</b>				
CDI Pós	-	-	15.472	34.623
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>15.472</b>	<b>34.623</b>
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>531</b>	<b>8.346</b>	<b>223.294</b>	<b>35.414</b>
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros em moedas estrangeiras</b>	-	-	-	-
Aplicações em moedas estrangeiras	24.437	-	-	-
<b>Total de aplicações em moedas estrangeiras</b>	<b>24.437</b>	-	-	-
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>205.995</b>	<b>8.346</b>	<b>223.294</b>	<b>35.414</b>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez em moedas estrangeiras</b>	-	-	-	-

**Consolidado**

Papel/Vencimento	Até 30 dias		De 31 a 90 dias		De 91 a 180 dias		Acima de 180 dias	
	90 dias	180 dias	360 dias	360 dias	360 dias	360 dias	Total	
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>								
Posição bancada:								
LFT	81.539	-	-	-	-	-	81.539	
LTN	38.771	-	-	-	-	-	38.771	
NTN	78.485	-	-	-	-	-	78.485	
<b>Subtotal</b>	<b>198.795</b>	-	-	-	-	-	<b>198.795</b>	
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>198.795</b>	-	-	-	-	-	<b>198.795</b>	
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>								
Carteira própria:								
CDI Pós	-	5.195	196.459	390	5.003	207.047		
CDI Rural	531	3.151	11.363	401	15.446			
<b>Subtotal</b>	<b>531</b>	<b>8.346</b>	<b>207.822</b>	<b>791</b>	<b>5.003</b>	<b>222.493</b>		
<b>Vinculados à prestação de garantias:</b>								
CDI Pós	-	-	15.472	34.623	250	50.345		
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>15.472</b>	<b>34.623</b>	<b>250</b>	<b>50.345</b>		
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>531</b>	<b>8.346</b>	<b>223.294</b>	<b>35.414</b>	<b>5.253</b>	<b>272.838</b>		
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros em moedas estrangeiras</b>	-	-	-	-	-	-		
Aplicações em moedas estrangeiras	24.437	-	-	-	-	24.437		
<b>Total de aplicações em moedas estrangeiras</b>	<b>24.437</b>	-	-	-	-	<b>24.437</b>		
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>205.995</b>	<b>8.346</b>	<b>223.294</b>	<b>35.414</b>	<b>5.253</b>	<b>478.302</b>		
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez em moedas estrangeiras</b>	-	-	-	-	-	-		

**Individual e Consolidado**

Papel/Vencimento	Até 30 dias		De 31 a 90 dias		De 91 a 180 dias		Acima de 180 dias	
	60 dias	90 dias	180 dias	360 dias	360 dias	360 dias	Total	
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>								
Carteira própria:								
CDI Pós	5.071	1.737	4.451	2.514	7.725	20.523	42.021	
CDI Rural	3.079	-	-	7.038	-	-	10.117	
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>8.150</b>	<b>1.737</b>	<b>4.451</b>	<b>9.552</b>	<b>7.725</b>	<b>20.523</b>	<b>52.138</b>	
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	
Aplicações em moedas estrangeiras	21.697	-	-	-	-	-	21.697	
<b>Total de aplicações em moedas estrangeiras</b>	<b>21.697</b>	-	-	-	-	-	<b>21.697</b>	
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>29.847</b>	<b>1.737</b>	<b>4.451</b>	<b>9.552</b>	<b>7.725</b>	<b>20.523</b>	<b>73.835</b>	

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**a) Títulos e valores mobiliários**  
A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estava apresentada como segue:

Individual	2011			
	Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	Acima de 180 dias
<b>Papel/Vencimento</b>				
<b>Títulos disponíveis para venda:</b>				
Carteira própria:				
LTN	-	-	3.334	-
NTN	-	-	222.489	222.489
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	105.214	105.214
Cotas de fundos de investimento <sup>(2)</sup>	280.301	-	-	280.301
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	15.018	15.018
<b>Subtotal</b>	<b>280.301</b>	-	<b>334.055</b>	<b>626.356</b>
<b>Vinculados a compromissos de recompra:</b>				
NTN	-	289.190	-	289.190
<b>Subtotal</b>	-	<b>289.190</b>	-	<b>289.190</b>
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	<b>280.301</b>	<b>289.190</b>	<b>334.055</b>	<b>915.546</b>
<b>Títulos para negociação<sup>(3)</sup>:</b>				
Carteira própria:				
LTN	-	-	85.158	106.566
NTN	-	629.027	-	27.135
Debêntures	-	-	-	21.380
<b>Subtotal</b>	-	<b>629.027</b>	<b>85.158</b>	<b>155.081</b>
<b>Vinculados a compromissos de recompra:</b>				
LTN	-	2.575.197	-	2.575.197
NTN	-	310.534	-	310.534
Debêntures	-	30.812	-	30.812
<b>Subtotal</b>	-	<b>2.916.543</b>	-	<b>2.916.543</b>
<b>Vinculados ao Bacen:</b>				
LTN	-	-	45.392	45.392
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>45.392</b>	<b>45.392</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias:</b>				
LTN	-	-	140.036	140.036
NTN	-	-	518	518
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>140.036</b>	<b>140.554</b>
<b>Total de títulos para negociação</b>	-	-	<b>3.545.570</b>	<b>270.586</b>
<b>Total de títulos</b>	<b>280.301</b>	<b>3.834.760</b>	<b>273.920</b>	<b>498.320</b>

<sup>(1)</sup> Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo valor do papel.

<sup>(2)</sup> As cotas estão compostas por R\$280.301, sendo R\$236.698 do Pine CM Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado e R\$43.603 do Pine FICRI Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pelos administradores dos fundos de investimento e pelas Agências Internacionais de Informações. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$2.478 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo de R\$334 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2010), impactando o patrimônio líquido do Banco em R\$1.487 no Individual e no Consolidado (R\$176 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2010), líquidos dos efeitos tributários. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste positivo no montante de R\$15.142 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo de R\$207 no Individual e ajuste positivo de R\$159 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010) no resultado.

**b) Instrumentos financeiros derivativos**

**i) Política de utilização**  
O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

**ii) Gerenciamento**  
O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress. O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil referem-se a operações de "swaps", termos, opções e futuros, registradas na BM&FBovespa ou na Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, "swaps" com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacamos os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TILR, IPCA), cupom cambial e commodities. O Banco vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

**iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor**



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

x) "Hedge" de Fluxo de Caixa  
Em 31 de dezembro de 2011, os itens objetos de "hedge" (dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior), apresentavam saldos ajustados a valor de mercado de R\$245.944 e R\$201.720, respectivamente. Estes contratos apresentaram em 31 de dezembro de 2011 ajuste negativo a mercado, líquido dos efeitos tributários, no montante de R\$381 o qual foi registrado em conta destacada do patrimônio líquido. A efetividade apurada para esta relação em 31 de dezembro de 2011 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Bacen e não foi identificada nenhuma parcela que devesse ter sido registrada no resultado durante o exercício.

xi) Demonstrativo de Análise de Sensibilidade  
Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 31 de dezembro de 2011:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade 2011		
		Cenários	Provável <sup>(i)</sup>	Possível <sup>(ii)</sup>
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(4.678)	(54.257)	(102.987)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	135	(427)	(320)
Índice de Preços (ÍPCA)	Variações no cupom de ÍPCA	412	(3.239)	(6.294)
Taxa TILP (TILP)	Variações na TILP	(3.143)	(6.489)	(13.356)
Taxa TR (TR)	Variações na TR	(87)	(3.610)	(7.390)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	451	(623)	(1.239)
Taxa de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	28	(38)	(75)
Taxa LIBOR USD	Variação na taxa Libor	(462)	(274)	(550)
Taxa LIBOR Outras Moedas	Variação na taxa Libor	(1)	(17)	(34)
Moedas	Variação na variação cambial	-	-	(1)
<b>Total (soma não correlacionada)*</b>		<b>(7.345)</b>	<b>(69.123)</b>	<b>(132.854)</b>
<b>Total (soma correlacionada)**</b>		<b>(9.402)</b>	<b>(48.104)</b>	<b>(90.736)</b>

\* Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.  
\*\* Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenário I - Provável - Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 30/12/2011 e 18/01/2012 (variação da Pre de 10,04% para 10,02% no vértice de 1 ano, de 10,98% para 11,11% no vértice de 5 anos, e variação do dólar de 1,8758 para 1,7791).

Cenário II - Possível - Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&FBOVESPA), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado		Taxa Mercado	
	(1 ano)	Choque	(1 ano)	Choque
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,04%	25%	12,55%	25%
Índice de Preços (IGPM)	5,52%	25%	6,90%	25%
Índice de Preços (ÍPCA)	4,28%	25%	5,35%	25%
Taxa TILP (TILP)	2,61%	-50%	1,96%	-50%
Taxa TR (TR)	9,53%	-25%	7,15%	-25%
Taxa de Cupom de Dólar	2,95%	25%	3,68%	25%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,38%	25%	4,23%	25%
Taxa LIBOR USD	1,10%	-25%	0,83%	-25%
Taxa LIBOR Outras Moedas	1,31%	-25%	0,98%	-25%
Moedas	1,8758	-25%	1,4069	-25%
Equity (Ibovespa)	56,754	-25%	70,943	-25%

Cenário III - Remoto - Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&FBOVESPA), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado	
	(1 ano)	Choque	(1 ano)	Choque
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,04%	50%	15,06%	50%
Índice de Preços (IGPM)	5,52%	50%	8,28%	50%
Índice de Preços (ÍPCA)	4,28%	50%	6,42%	50%
Taxa TILP (TILP)	2,61%	-50%	1,30%	-50%
Taxa TR (TR)	9,53%	-50%	4,76%	-50%
Taxa de Cupom de Dólar	2,95%	50%	4,42%	50%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,38%	50%	5,07%	50%
Taxa LIBOR USD	1,10%	-50%	0,53%	-50%
Taxa LIBOR Outras Moedas	1,31%	-50%	0,65%	-50%
Moedas	1,8758	-50%	0,9379	-50%
Equity (Ibovespa)	56,754	50%	85,131	50%

\* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou a baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, estão assim sumarizadas:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Setor público	22.631	48.342	22.631	48.342
Capital de giro	2.336.923	2.581.953	2.630.092	2.581.953
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	9.616	13.495	9.616	13.495
Conta corrente garantida	23.265	102.290	23.265	102.290
Repasses do BNDES/Finame	873.177	832.529	873.177	832.529
Crédito consignado	43.115	115.558	43.115	115.558
Financiamento em moeda estrangeira	217.859	83.232	217.859	83.232
Financiamentos a exportação	503.819	511.114	503.819	511.114
Títulos descontados e outros	65.653	83.355	65.653	83.355
CDs veículos	914	1.561	914	1.561
Compor	9.236	15.207	9.236	15.207
<b>Subtotal de operações de crédito</b>	<b>4.105.808</b>	<b>4.388.736</b>	<b>4.398.977</b>	<b>4.388.736</b>
Devedores por compra de valores e bens	31.185	15.952	31.185	15.952
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	549.764	437.090	549.764	437.090
<b>Subtotal</b>	<b>4.686.757</b>	<b>4.841.778</b>	<b>4.979.926</b>	<b>4.841.778</b>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(173.070)	(116.082)	(173.070)	(116.082)
<b>Total</b>	<b>4.513.687</b>	<b>4.725.696</b>	<b>4.806.856</b>	<b>4.725.696</b>

b) Por vencimento:

Prazo	Individual		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.651.554	35,39	1.651.554	35,39
De 3 a 12 meses	1.394.507	29,88	1.394.507	29,88
De 1 a 3 anos	1.196.143	25,63	1.196.143	25,63
De 3 a 5 anos	280.009	6,00	280.009	6,00
De 5 a 15 anos	145.097	3,10	145.097	3,10
<b>Total</b>	<b>4.667.310</b>	<b>100,00</b>	<b>4.667.310</b>	<b>100,00</b>

c) Por nível de risco e provisionamento:

Nível	Individual		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
AA	1.049.926	22,48	1.049.926	22,48
A	1.425.046	30,56	1.425.046	30,56
C	423.676	9,10	423.676	9,10
D	48.701	1,05	48.701	1,05
E	12.451	0,27	12.451	0,27
F	64.945	1,39	64.945	1,39
G	3.450	0,07	3.450	0,07
H	42.053	0,90	42.053	0,90
<b>Total</b>	<b>4.667.310</b>	<b>100,00</b>	<b>4.667.310</b>	<b>100,00</b>

Nível	Individual		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
AA	1.049.926	22,48	1.049.926	22,48
A	1.425.046	30,56	1.425.046	30,56
C	423.676	9,10	423.676	9,10
D	48.701	1,05	48.701	1,05
E	12.451	0,27	12.451	0,27
F	64.945	1,39	64.945	1,39
G	3.450	0,07	3.450	0,07
H	42.053	0,90	42.053	0,90
<b>Total</b>	<b>4.667.310</b>	<b>100,00</b>	<b>4.667.310</b>	<b>100,00</b>

No quarto trimestre de 2011 o Pine adquiriu um novo sistema de avaliação de crédito para o aprimoramento do modelo de avaliação da nossa carteira. Essa nova metodologia aliada ao modelo proprietário trata ainda mais conservadorismo na determinação de ratings, consequentemente reforçando a cobertura da carteira de crédito. Entendemos que ao longo da implementação desta metodologia poderemos realizar alguns ajustes nos níveis de provisionamento. O saldo da provisão adicional em dezembro de 2011 é de R\$44.928 (R\$18.229 em 31 de dezembro de 2010).

d) Por nível de concentração:

Maiores devedores	Individual		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
Maior devedor	2.165.339	46,41	2.165.339	46,41
2º ao 11º	898.739	19,25	898.739	19,25
12º ao 21º	539.449	11,56	539.449	11,56
22º ao 51º	1.036.356	22,19	1.036.356	22,19
52º ao 101º	869.638	18,62	869.638	18,62
102º em diante	1.126.036	24,15	1.126.036	24,15
<b>Total</b>	<b>4.686.757</b>	<b>100,00</b>	<b>4.686.757</b>	<b>100,00</b>

e) Por concentração do total da carteira de crédito do Banco, por setor de atividade:

Setor	Individual		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
Rural	5.103	0,11	5.103	0,11
Habitação	13.390	0,29	13.390	0,29
Indústria	1.117.889	23,94	1.117.889	23,94
Comércio	24.536	0,53	24.536	0,53
Intermediação financeira	21.779	0,47	21.779	0,47
Outros serviços	3.401.821	72,67	3.401.821	72,67
Pessoas físicas	100.239	2,14	100.239	2,14
<b>Total</b>	<b>4.686.757</b>	<b>100,00</b>	<b>4.686.757</b>	<b>100,00</b>

f) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Individual e Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	116.082	76.122
Constituição/Reversão	38.725	77.462
Reversão	(34.253)	(37.502)
Variação cambial <sup>(1)</sup>	2.516	-
<b>Saldo final</b>	<b>173.070</b>	<b>116.082</b>

<sup>(1)</sup>Valor refere-se à variação cambial da PDD da agência no exterior, classificado na rubrica de "outras despesas operacionais" na demonstração de resultado.

g) Movimentação da provisão para operações de crédito cedidas com coobrigação\*:

Descrição	Individual e Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	6.036	8.713
Constituição	8.801	38
Reversão	(4.871)	(2.715)
<b>Saldo final</b>	<b>9.966</b>	<b>6.036</b>

\* Apresentada em "Outras Informações" (nota 28.a)

h) Cessões de crédito

No período findo em 31 de dezembro de 2011, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação de operações em curso normal no montante de R\$303.651 para o Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e de créditos de curso normal no montante de R\$137.971 (R\$14.779 em 31 de dezembro de 2010) para outras empresas não ligadas ao Banco. Essas cessões resultaram em prejuízo de R\$63.716 (R\$14.099 em 31 de dezembro de 2010) em relação ao valor de face. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras despesas operacionais". Não houve resultado nas cessões realizadas para o Fundo (FDC).

i) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$12.618 (R\$10.175 em 31 de dezembro de 2010).

j) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2011 existiam contratos renegociados no valor de R\$17.935. Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações renegociadas. Não existiam contratos renegociados em 31 de dezembro de 2010.

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Individual e Consolidado	
	2011	2010
Outros Créditos	583.641	404.849
Outras Obrigações	32	1.069
<b>Total</b>	<b>18.746</b>	<b>11.994</b>

Câmbio comprado a liquidar

Diretos sobre venda de câmbio

Rendas a receber

Câmbio vendido a liquidar

Obrigações por compra de câmbio

Adiantamentos sobre contratos de câmbio

**Total**

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Estão representados pelos valores que seguem:

	Individual		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos e antecipações salariais	313	135	313	135
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	3.753	3.753	2.438	2.438
Créditos tributários (*)	85.712	56.158	141.870	63.135
Devedores por compra de valores e bens	15.363	15.822	31.185	19.171
Imposto de renda a compensar (nota 16.b)	12.351	36.804	49.155	3.404
Opções por incentivos fiscais	-	49	49	49
Títulos e créditos a receber	2.598	715	3.313	3.633
Devedores diversos - País	4.423	4.423	6.448	6.448
<b>Total</b>	<b>124.513</b>	<b>109.548</b>	<b>234.061</b>	<b>81.110</b>

Adiantamentos e antecipações salariais

Adiantamentos para pagamento por nossa conta

Créditos tributários (\*)

Devedores por compra de valores e bens

Imposto de renda a compensar (nota 16.b)

Opções por incentivos fiscais

Títulos e créditos a receber

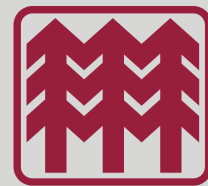
Devedores diversos - País

**Total**

(\*) Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estavam compostos como segue:

	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa</						



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Supportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetua a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é efetuada a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$ 150.510 no Individual e R\$ 151.357 no Consolidado, no segundo semestre de 2011 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.679 no Individual e R\$ 15.872 no Consolidado, que atualizados pela Selic do período no valor de R\$17.475 no Individual e R\$17.695 no Consolidado, totalizam R\$33.154 no Individual e R\$ 33.565 no Consolidado. Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto a RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - imposto a recuperar", em contrapartida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Individual						Consolidado					
	Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
PIS	26.831	21.609	26.712	21.503	27.201	21.830	27.071	21.722	-	-	-	-
Cofins	-	132.979	150.728	131.572	-	134.342	151.573	132.923	-	-	-	-
IR e CS sobre juros sobre capital - 2005	-	6.646	-	-	-	6.646	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>26.831</b>	<b>161.234</b>	<b>177.440</b>	<b>153.075</b>	<b>27.201</b>	<b>162.818</b>	<b>178.644</b>	<b>154.645</b>				

**Contingências classificadas como provisões são regularmente provisionadas e para os períodos de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 totalizam:**

	Individual						Consolidado					
	Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contingências Fiscais	2.366	4.189	1.660	1.722	2.371	4.191	1.917	1.960	-	-	-	-
Contingências Trabalhistas	7.124	5.788	746	-	7.124	5.788	746	-	-	-	-	-
Contingências Cíveis	16.025	5.238	1.602	-	16.025	5.238	1.602	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25.515</b>	<b>15.215</b>	<b>4.008</b>	<b>1.722</b>	<b>25.522</b>	<b>15.223</b>	<b>4.265</b>	<b>1.960</b>				

**d) Movimentação das provisões passivas**

	Individual						Consolidado					
	2011		2010		2011		2010		2011		2010	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	165.423	5.788	5.238	176.449	131.904	4.558	2.397	138.859	-	-	-	-
Constituição (reversão)	(149.285)	1.132	10.426	(137.727)	22.692	820	2.622	26.134	-	-	-	-
Atualização	13.059	204	361	13.624	10.827	410	219	11.456	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>29.197</b>	<b>7.124</b>	<b>16.025</b>	<b>52.346</b>	<b>165.423</b>	<b>5.788</b>	<b>5.238</b>	<b>176.449</b>				

	Individual						Consolidado					
	2011		2010		2011		2010		2011		2010	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	167.015	5.788	5.238	178.041	132.565	4.558	2.397	139.520	-	-	-	-
Constituição (reversão)	(150.648)	1.132	10.426	(139.090)	23.532	820	2.622	26.974	-	-	-	-
Atualização	13.207	204	361	13.772	10.918	410	219	11.547	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>29.574</b>	<b>7.124</b>	<b>16.025</b>	<b>52.723</b>	<b>167.015</b>	<b>5.788</b>	<b>5.238</b>	<b>178.041</b>				

**e) Segue as principais ações e processos judiciais perdidos foram consideradas como passivas:**

**Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2011 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como passivas.

**Cíveis:** Os processos em sua maioria, referem-se à indenização por danos morais, questões sobre legitimidade de contrato e reversão contratual. A Administração, consultada pela opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encunhamentos e providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio do Banco, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. A partir de 30 de junho de 2011 passamos a divulgar as causas pelo valor de estimativa de perda, ou seja, o valor aproximado do risco de desembolso pelo banco com condenações e/ou acordos baseado no histórico para causas semelhantes, cujos valores totalizam R\$3.663. Até 31 de março de 2011, divulgávamos o valor reclamado das causas, que em sua grande maioria não representava o efetivo risco do Banco.

**17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

	Individual						Consolidado					
	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		De 5 a 15 anos		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Empréstimos no país - instituições oficiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasse do país - instituições oficiais	75.854	223.746	327.930	137.586	102.145	867.261	-	-	-	-	-	-
Operações de repasses do exterior	985	139	9.379	56.253	-	66.756	-	-	-	-	-	-
Operações de empréstimos do exterior	481.430	451.448	-	3.958	-	936.836	-	-	-	-	-	-

	Individual						Consolidado					
	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		De 5 a 15 anos		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Empréstimos no país - instituições oficiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasse do país - instituições oficiais	75.854	223.746	327.930	137.586	102.145	867.261	-	-	-	-	-	-
Operações de repasses do exterior	985	139	9.379	56.253	-	66.756	-	-	-	-	-	-
Operações de empréstimos do exterior	481.430	451.448	-	3.958	-	936.836	-	-	-	-	-	-

Empréstimos no país - instituições oficiais

Repasse do país - instituições oficiais

Operações de empréstimos do exterior

Operações de repasses do exterior

Operações de empréstimos do exterior

**18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**

- a) Recursos de aceites cambiais - letra de crédito do agronegócio - LCA
- b) Letras Financeiras - LF
- c) Letras de crédito imobiliário - LCI
- d) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

	Individual						Consolidado					
	Moeda de emissão		Taxa de juros		Vencimento		Moeda de emissão		Taxa de juros		Vencimento	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
"Tranche" original - US\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.818	US\$	2,8% a.a. + Libor	Jun/2014	12.803	15.917	-	-	-	-	-	-	-
12.000	US\$	2,6% a.a. + Libor	Nov/2014	22.573	26.724	-	-	-	-	-	-	-
13.636	US\$	2,2% a.a. + Libor	Mai/2014	-	22.831	-	-	-	-	-	-	-
18.788	US\$	2,6% a.a. + Libor	Mai/2013	35.421	47.184	-	-	-	-	-	-	-
4.278	R\$	10,0% a.a. + Libor	Jun/2011	-	7.167	-	-	-	-	-	-	-
1.044	US\$	8,7% a.a. + Libor	Jan/2017	2.042	1.786	-	-	-	-	-	-	-
106.000	US\$	3,4% a.a. + Libor	Jan/2014	201.720	-	-	-	-	-	-	-	-
25.000	US\$	4,7% a.a. + Libor	Abr/2022	46.899	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>				<b>321.458</b>	<b>121.609</b>							
<b>(-) Circulante</b>				<b>(158.565)</b>	<b>(42.100)</b>							
<b>Total do exigível a longo prazo</b>				<b>162.893</b>	<b>79.509</b>							

O Banco possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados a contratos de empréstimo, no montante de R\$35.421 (FMO-Niederlande Financierings Maatschappij Voor Ontwik-Hague), que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada do empréstimo e do Banco possui também alguns outros compromissos (IFC - International Finance Corporation e IDB - Inter-American Development Bank) que garantem operações de empréstimos do Banco no montante de US\$80.000. Em 31 de dezembro de 2011 o Pine estava utilizando o montante de US\$68.541\*.

**19. DÍVIDA SUBORDINADA**

	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	
				2011	2010
"Fixed Rate Notes"	Pública	08/12/17	US\$12.000	8,75% a.a.	245.944
"Fixed Rate Notes"	Privada	29/12/2016	US\$15.000	9,33% a.a.	28.134
Letras Financeiras	Privada	21/08/2017	R\$28.652	4,4% a.a.	30.141
<b>Total</b>					<b>304.219</b>

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O capital social está dividido em 84.034.266 ações nominativas, sendo 45.443.872 ordinárias e 38.590.394 preferenciais sem valor nominal.

Conforme deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de setembro de 2011 e 25 de outubro de 2011, foi aprovada a proposta de aumento do capital social do Banco, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social do Banco, no valor de, no mínimo, R\$43.749 e, no máximo, R\$117.485, mediante a emissão de, no mínimo, 2.543.604 (dois milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, seiscentas e quatro) e, no máximo, 6.830.541 (seis milhões, oitocentas e trinta mil, quatrocentas e quarenta e uma) novas ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O DEG - Deutsche Investitions - und Entwicklungsgesellschaft MBH subscreveu 2.543.604 (dois milhões, quatrocentas e trinta e seis mil, seiscentas e quatro) ações preferenciais de emissão do Banco, no valor total de R\$43.749 ("Subscrição Mínima"), em decorrência da cessão do direito de preferência na subscrição pelo acionista controlador do Banco em favor do DEG, sendo que os recursos obtidos com referida subscrição serão utilizados no crescimento das atividades do Banco. No dia 27 de setembro de 2011 o Banco protocolou a solicitação de aprovação do Banco Central do Brasil da proposta do aumento de capital. O valor recebido decorrente do aumento de capital em fase de aprovação pelo Bacen, de R\$43.749 está registrado no patrimônio líquido na rubrica "aumento de capital". Quando aprovado pelo Bacen o Capital Social será aumentado neste valor.

Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 08 de setembro de 2011 o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, iniciando-se em 09 de setembro de 2011 e terminando em 10 de outubro de 2011, inclusive. Foram inscritas 138 (cento e trinta e oito) ações preferenciais de emissão do Banco, no valor total de R\$2.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011, foi deliberado: a) o aumento de Capital Social de R\$466.358 para R\$666.358, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva de Ágio por Subscrição de Ações, no montante de R\$200.000; b) o aumento de capital social, agora para R\$796.048, com a emissão de 12.274.766 (doze milhões e duzentas e setenta e quatro mil e setecentas e sessenta e seis) novas ações nominativas, sendo 6.442.894 (seis milhões e quatrocentas e quarenta e duas mil e oitocentas e noventa e quatro) ordinárias e 5.831.872 (cinco milhões e oitocentas e trinta e uma mil e oitocentas e setenta e duas) preferenciais, as quais serão distribuídas aos acionistas a título de bonificação, observada a proporção de 14,17769510243 novas ações bonificadas para cada lote de 100 ações possuídas. Com a emissão das novas ações, a quantidade total de ações passou de 86.578.008 (oitenta e seis milhões e oitocentas e setenta e oito mil e oito) ações nominativas para 98.852.774 (noventa e oito milhões, oitocentas e cinquenta e duas mil, setecentas e setenta e quatro) ações nominativas, sendo 51.886.766 (cinquenta e um milhões, oitocentas e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis) ordinárias e 46.966.008 (quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e seis mil e oito) preferenciais, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal no montante de R\$16.810 e, parte do saldo das Reservas Estatutárias no montante de R\$112.880, pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

**b) Reserva de capital**

A reserva de capital, nos termos da Lei 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

**c) Reserva de lucros**

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O Banco constituiu reserva estatutária de 100% do lucro líquido, no montante R\$63.430, após a dedução de 5% da reserva legal de R\$8.076, da dedução de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$52.827 e dividendos no montante de R\$37.173, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

**d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram provisionados e pagos dividendos no valor de R\$37.173 - R\$0,4423 por ação, por conta do resultado do período.

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJP vigente no período, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$52.827 - R\$0,6286 sendo R\$44.903 já deduzido do imposto de renda na fonte - R\$0,5343 por ação. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R\$17.961.

Conforme Carta Circular 3.516 de 21 de julho de 2011, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$26.726 encontra-se classificado em conta destacada do patrimônio líquido.

A seguir apresentamos a conciliação dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Lucro líquido	161.514	116.428
Reserva legal	(8.076)	(5.821)
<b>Base de cálculo</b>	<b>153.438</b>	<b>110.597</b>
Juros sobre o capital próprio	52.827	49.511
IRRF 15%	(7.924)	(7.427)
Dividendos antecipados	37.173	25.489
<b>Valor proposto</b>	<b>82.076</b>	<b>67.573</b>
% sobre a base de cálculo	53,49%	61,10%

**e) Ações em tesouraria**

Conforme assembleia geral extraordinária de 22 de dezembro de 2011 foi deliberado o cancelamento de 1.374.839 ações preferenciais de sua própria emissão, sem redução do capital social, conforme proposta do conselho de administração.

**f) Ajustes de avaliação patrimonial**

	Individual		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(2.478)	334	-	-
Instrumentos de dívida	(2.478)	334	-	-
<b>Hedges fluxo de caixa</b>	<b>(102)</b>	<b>(10.601)</b>		
Objeto de hedge	(381)	(2.185)	-	-
Instrumento de hedge	279	(8.416)	-	-
<b>Outros</b>	<b>87</b>	<b>(27)</b>		
<b>Imposto de renda</b>	<b>1.032</b>	<b>4.286</b>		
<b>Total</b>	<b>(1.461)</b>	<b>(6.008)</b>		



Índice  
Small Cap **SMLL**

Índice de  
Ações com Tag Along  
Diferenciado **ITAG**

Índice de  
Ações com Governança  
Corporativa Diferenciada **IGC**



# PINE

## Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas

#### **Banco Pine S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de

exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 11 de março de 2011, sem ressalva. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012

**Edison Arisa Pereira**  
Contador CRC 1SP127241/O-0